



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Movimentos Sociais e Serviço Social

DO TSUNAMI DA EDUCAÇÃO À SOLIDARIEDADE DE CLASSE NA PANDEMIA: CAMINHOS DA JUVENTUDE DE 2019 A 2021

ALINE PAES DE ARAUJO ¹

Resumo: Este artigo busca refletir, a partir dos acontecimentos no cenário político e social brasileiro desde 2013, a atuação da juventude, por meio do movimento estudantil organizado, no período de 2019 a 2021. Nesse período são identificados os desafios postos à juventude: ascensão de um governo que representa os ideais da extrema-direita no Brasil, ameaça à democracia e retrocessos na política de educação, agravados pela pandemia de Covid-19. A luta pela sobrevivência, pela saúde e educação apresentam-se como as demandas principais da pauta do movimento estudantil, exigindo uma resposta que perpassa pela solidariedade de classe e pela retomada das ruas.

Palavras-chave: Juventude, movimento social, pandemia, educação e solidariedade de classe.

Abstract: This article seeks to reflect, based on the events in the Brazilian political and social scenario since 2013, the performance of youth, through the organized student movement, in the period from 2019 to 2021. In this period, the challenges posed to youth are identified: ascension of a government that represents the ideals of the extreme right in Brazil, a threat to democracy and setbacks in education

¹ Estudante de Pós-Graduação. Programa De Pós-graduação Em Serviço Social Da Pontifícia Universidade Católica De São Paulo

policy, aggravated by the Covid-19 pandemic. The struggle for survival, health and education are presented as the main demands of the student movement agenda, demanding a response that permeates class solidarity and the resumption of the streets.

Keywords: Youth, social movement, pandemic, education and class solidarity.

1. INTRODUÇÃO

O contexto brasileiro, desde 2013, vem sendo marcado por importantes acontecimentos que impactaram a organização política e social no país: diversas manifestações populares (iniciadas no mês de junho de 2013), golpe político que culminou com o processo de impeachment (concluído no ano de 2016), um tumultuado processo eleitoral que resultou na ascensão da extrema-direita no país (com as eleições de 2018), dentre outros fatos. Contudo, esse cenário não pode ser analisado de forma apartada do contexto mundial e da crise do sistema produtivo capitalista, em curso.

Diante dessa complexidade, a juventude, aqui compreendida em sua pluralidade, diversidade e como uma categoria social sempre em movimento, conforme definem Novaes (2019) e Dayrell e Carrano (2014), cuja denominação mais apropriada seria no plural: “juventudes”; se fez presente em todos esses períodos da história recente, demarcando sua posição e pautas, sempre associada aos demais atores das lutas sociais.

Contudo, o enfrentamento e a resistência aos retrocessos postos pelo governo federal na gestão de Jair Messias Bolsonaro (sobretudo nas áreas da educação, saúde e meio ambiente), que tiveram seu ápice no ano de 2019 com ações organizadas como o Tsunami da Educação, sofreram um enorme impacto pela ocorrência da pandemia de COVID-19, no ano de 2020. Essa crise sanitária acentuou a desigualdade social existente, e a luta pela subsistência tornou-se necessária. O instrumento utilizado pelo movimento estudantil (e outros atores sociais como: movimentos sociais, sindicais, coletivos e outros) foi a solidariedade de classe, como estratégia para a sobrevivência.

O presente artigo possui o objetivo de analisar, sem a pretensão de esgotar todas as possibilidades da temática, os fatos apresentados acima, ressaltando que a pandemia de COVID-19 ainda está em vigência, sem que a população brasileira tenha sido vacinada em sua totalidade.

2. DO GOLPE AO DESMONTE DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO

A crise do sistema capitalista iniciada em 2008, nos Estados Unidos², juntamente com os protestos populares realizados em diversos países³, principalmente após o ano de 2013, trouxeram, para além da crise da representação democrática, um perigoso cenário mundial: o retorno de governos autoritários e a ascensão do ideário da extrema-direita (com o pensamento conservador, o liberalismo político e a negação dos direitos minoritários); dos quais destacamos o governo norte-americano de Donald Trump, os governos europeus da Polônia e da Hungria e, nos demais países, o crescimento de partidos com esse escopo político.

A relação entre a crise de 2008 e a ascensão da extrema-direita encontra direta relação com a crise estrutural do capitalismo (crise nas condições necessárias para suprir a necessidade de acúmulo de capital), conforme afirma Silva et al. (2014):

As expressões da extrema-direita na atualidade encontram na crise estrutural de acumulação do capital sua base material. A barbárie não é fruto de grupos desumanos em sua essência, mas de um modo de organização social que gera uma particular forma de essência humana (SILVA et al 2014, 440).

No Brasil, a extrema-direita retoma a sua organização, adormecida após o processo de redemocratização do país, aproveitando os protestos iniciados em junho de 2013, que contavam com ampla participação da juventude e questionavam, principalmente, o direito à isenção nos serviços de transporte e o direcionamento dos gastos públicos para a realização de eventos esportivos como a Copa do Mundo, ocorrida em 2014, e as Olimpíadas, realizadas em 2016.

Nesse contexto, a extrema-direita, identificando o impacto das manifestações em

2A crise econômica mundial de 2008 teve como princípio o mercado imobiliário estadunidense, a partir da elevação das taxas de juros pelo Banco Central Americano (Federal Reserve).

3Esse cenário está caracterizado no relatório "Rebeldes sem causa - O que significa o aumento dos movimentos de protesto para a política global" (elaborado pelo The Economist Group), onde há a identificação de manifestações, principalmente contrárias as diretrizes políticas e aos governos, em sessenta e nove países. Disponível em: <http://archive.battleofideas.org.uk/documents/RebelsWeb.pdf>

diversas cidades do país, aproveitou o momento político para, juntamente com parte da mídia brasileira e alguns membros do judiciário, construir a narrativa de criminalização do Partido dos Trabalhadores, que governava o país desde o ano de 2003. Como resultado desse cenário nacional, a polarização política acarretou um processo eleitoral acirrado, no ano de 2014, cujo resultado foi a reeleição para a presidência da república da presidente Dilma Vana Rousseff.

Essa vitória foi contestada⁴ pelo candidato representante da direita nacional que, inconformada com o resultado da eleição, continuou a investida contra o governo eleito, culminando com um processo de impeachment inédito em 2016, por um suposto crime de responsabilidade fiscal sem a retirada dos direitos políticos da presidente Dilma.

Após o golpe político que levou a retirada da representante do poder executivo, eleita democraticamente, o país passou por um governo interino do vice-presidente Michel Temer, no ano de 2018, no qual as primeiras ações trouxeram o início de um retrocesso nas políticas públicas. Desde a reforma trabalhista⁵, que prometia a retomada dos empregos a partir das flexibilizações de leis; o congelamento dos gastos⁶ com saúde e educação por vinte anos, até a reforma do Ensino Médio⁷ que, após amplo debate com a comunidade no governo Dilma Rousseff, foi promulgada precocemente por meio de medida provisória.

Durante esse período, o judiciário brasileiro julgou e condenou o principal líder político da esquerda, o ex-Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva, em um julgamento parcial (que foi anulado pelo Supremo Tribunal Federal – STF, em março de 2021) que o levou a prisão, em abril de 2018, e o impediu de participar do pleito

4O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que concorreu a presidência da República nas eleições de 2014 com a candidatura de Aécio Neves, solicitou ao Tribunal Superior Eleitoral auditoria no resultado das eleições, após a derrota para o Partido dos Trabalhadores (PT), que reelegeu a Presidente Dilma Rousseff.

5A Reforma Trabalhista, promulgada pela Lei nº 13.467 de 13 de julho de 2017, flexibilizou os contratos de trabalho, reduzindo a proteção do trabalhador.

6A Proposta de Emenda Constitucional, proposta pelo governo de Michel Temer, que visava o congelamento do teto de gastos com saúde e educação pelo período de vinte anos, foi promulgada pelo Congresso no dia 15 de dezembro de 2016, tornando-se a Emenda Constitucional nº 95.

7A Reforma do Ensino Médio teve início no ano de 2010, com ampla discussão com a comunidade escolar, sendo realizados diversos encontros e fóruns para a construção da Base Nacional Curricular Comum. Contudo, ao ser implementada por Medida Provisória, o governo interino de Michel Temer desconsiderou os apontamentos anteriores, acarretando a aprovação de medidas que trarão vários impactos para os estudantes, com prejuízos, sobretudo, para a educação pública e formação profissional (como a redução da carga horária do ensino técnico, obrigatoriedade dos conteúdos apenas de português e matemática e, ainda, a possibilidade de contratação dos professores do conteúdo técnico baseado no notório saber, apenas).

eleitoral em 2018.

Com todo esse cenário, a extrema-direita chegou ao poder no país por meio da eleição e do início da gestão de Jair Messias Bolsonaro, em 2019, com medidas que aprofundaram ainda mais os retrocessos nas políticas públicas de garantia dos direitos sociais.

A juventude reagiu indo às ruas e ocupando às escolas contra a Reforma do Ensino Médio, contra o governo interino considerado ilegítimo, contra o congelamento dos gastos com saúde e educação e, ainda, com demandas locais dos governos estaduais. Já em 2019, O Movimento denominado “Tsunami da Educação” foi organizado pelas representações estudantis: União Nacional dos Estudantes (UNE), Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) e União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) em parceria com os movimentos sindicais e sociais, tendo como pauta a defesa da educação, da democracia e contra o governo Bolsonaro. Essas manifestações foram realizadas em 15 e 30 de maio, e 13 de agosto do ano de 2019.

O resultado prático de toda essa mobilização, todavia, não foi a reversão de todas as políticas de retrocesso em curso; mas a organização política e a vivência da luta pela juventude. Esse fato é de grande relevância diante da questão geracional, pois esses estudantes secundaristas não vivenciaram o processo de ditadura no país (que não possui a característica de manter viva a história dos anos de censura, violência e repressão política), mesmo assim, saíram às ruas para defender os direitos sociais e a democracia.

Concordo com a afirmação de Novaes (2019), de que: “Nada será como antes. Essas experimentações históricas não são apagadas por decreto”.

2.1. A ameaça à democracia no Brasil e o desmonte das políticas de educação

A eleição presidencial de 2018, que culminou com a vitória de Jair Messias Bolsonaro, foi caracterizada pelo alto índice de abstenção⁸ de voto, e precedida por

⁸A abstenção na eleição presidencial de 2018, no segundo turno, foi de 21,3% segundo o Tribunal Superior Eleitoral – TSE, disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Outubro/eleicoes-2018-justica->

um período eleitoral conturbado e sem a realização de debate entre os candidatos no segundo turno⁹.

As primeiras medidas do governo empossado, entretanto, foram de restringir o acesso da população nos processos decisórios do poder executivo, por meio da extinção de grande parte dos conselhos¹⁰ legalmente estabelecidos; além de impor limites aos processos de transparência e acesso aos dados da gestão pública¹¹, dentre outras ações que permitem um maior controle social das ações estatais.

O aparelhamento de militares no governo federal é outro fator de destaque da gestão Bolsonaro, sobretudo nas áreas de saúde, educação e meio-ambiente. Não obstante, essas foram as áreas em que aconteceram inúmeros retrocessos na execução das políticas públicas. Na área ambiental podemos destacar: retrocesso nas políticas de fiscalização e penalização dos crimes ambientais e, concomitantemente, o aumento das licenças concedidas para práticas de desmatamento visando o aumento de atividades como pecuária e extrativismo mineral¹². Além disso, as práticas de queimadas foram ampliadas nas áreas do Pantanal e na Amazônia, causando um prejuízo incalculável para o ecossistema.

Na área da política de educação o retrocesso não foi menos intenso, contando com: práticas notadamente persecutórias aos profissionais de educação, ao movimento estudantil organizado, aos conteúdos teóricos ensinados e aos processos democráticos existentes nas instituições federais de ensino. A própria gestão do Ministério da Educação (MEC) demonstrou a inconstância e os conflitos presentes na pasta, tendo sido quatro ministros anunciados, em um período de dois anos de governo (2019 e 2021), em que um deles não pode ser empossado em virtude de divergências em seu currículo acadêmico, e o último foi desvinculado da

eleitoral-conclui-totalizacao-dos-votos-do-segundo-turno.

9O candidato Jair Bolsonaro (PSL) afirmou que não compareceria aos debates no segundo turno do processo eleitoral em 2018, devido a facada sofrida durante a campanha e, também, por estratégia eleitoral, conforme: <https://exame.com/brasil/mesmo-liberado-posso-faltar-a-debates-por-estrategia-reafirma-bolsonaro/>.

10Por meio do Decreto nº 9.759/2019 de 11 de abril de 2019, o presidente Jair Bolsonaro extinguiu alguns conselhos que permitem a participação popular e de entidades representativas.

11Em janeiro de 2019, o governo Bolsonaro alterou a Lei de Acesso à Informação, permitindo maior flexibilidade para que os gestores possam definir documentos considerados sigilosos, por meio do Decreto nº 9.690 de 23 de janeiro de 2019.

12As principais diretrizes da política ambiental vão desde a revisão do Código Florestal ao enfraquecimento do Ministério do Meio Ambiente e dos principais órgãos de controle ambiental, como disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/blog/andre-trigueiro/post/2019/06/03/15-pontos-para-entender-os-rumos-da-desastrosa-politica-ambiental-no-governo-bolsonaro.ghtml>.

pasta em razão de denúncias sobre corrupção¹³.

Tal situação, além de sinalizar uma desorganização e falta de diretriz educacional do governo, denota um projeto de desmonte intencional da política educacional, sob o argumento de que os espaços públicos de educação no Brasil estavam lotados de “doutrinadores” de esquerda e de estudantes, que na visão do ministro que exerceu mais tempo na pasta, seriam “vagabundos”¹⁴.

Com uma gestão marcada por cortes orçamentários e diminuição dos investimentos na conservação e ampliação das instituições federais de ensino, a proposta e aposta governamental foi o investimento em escolas cívico-militares que seriam criadas em parcerias com os estados e municípios interessados, ignorando a constituição, divisão e responsabilidade das três esferas (municipal, estadual e federal) na organização da política de educação, expressa pela Lei de Diretrizes e Bases - LDB¹⁵. Tal programa foi implementado por meio do Decreto 10.004, de 05 de setembro de 2019, e regulamentado pelo MEC na Portaria nº. 2.015/19.

Já a perseguição ideológica, em curso nas instituições federais de ensino, se concretizou na nomeação de reitores e diretores não eleitos nos processos de consulta à comunidade acadêmica. O que sempre foi uma prática respeitada pelo MEC, teve a ausência de determinação legal como justificativa pelo governo Bolsonaro. Algumas instituições, que notadamente faziam críticas a postura do Governo Federal, tiveram interventores ou outros dirigentes (que não foram os escolhidos pela comunidade escolar) nomeados, como o exemplo do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (CEFET-RJ), do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), e muitos outros¹⁶.

13O Ministro da Educação e pastor, Milton Ribeiro, solicitou o seu desligamento do Ministério da Educação após denúncias de corrupção. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-60842429>, acesso em 30.ago.22.

14O Ministro da Educação, Abraham Weintraub compartilha vídeo em que estudantes da UNE sofrem agressão da polícia, com título de “Vagabundos da UNE tomando um sacode na frente do MEC ao som de Sweet Dreams” e complementa: “Sem mais comentários (apenas que a música é boa e é do meu tempo)”, disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/ministro-da-educacao-faz-chacota-de-estudantes-agredidos-por-policiais/>.

15A Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi promulgada em 20 de dezembro de 1996, sob o nº 9.394. Em seus artigos 8º, 9º, 10º e 11º estão estabelecidas as competências federais, estaduais e municipais nos seus respectivos sistemas de ensino.

16A intervenção do governo federal na escolha dos Reitores ocorreu em diversas instituições federais de ensino se apresentou como uma ameaça a autonomia das Universidades e Institutos Federais, prevista em lei e foi considerada pelo Movimento Estudantil como uma ameaça ao processo democrático. Disponível em: <https://www.une.org.br/noticias/intervencao-no-processo-de-escolha-de-reitor-e-golpe-na-democracia/>.

A intervenção do governo federal nas escolhas dos gestores das universidades, institutos e colégios da Rede Federal não aconteceu somente por meio das nomeações, mas na tentativa de alterar a legislação com a Medida Provisória de nº 914/2020, que teve sua vigência vencida sem apreciação pelo Congresso Nacional. Face a esse cenário desolador, a juventude continuou sua luta e organização, iniciada muito antes da eleição do governo Bolsonaro. Contudo, é no ano de 2019, já em meio às novas políticas que representam um retrocesso, que a luta é intensificada. O movimento denominado Tsunami da Educação ilustra essa afirmação, nele estiveram reunidos milhares de estudantes, professores, movimentos sindicais e sociais em luta pela educação e pela democracia, em mais de 220 cidades e marcando presença em 26 capitais do país. As grandes manifestações desse movimento ocorreram em 15 de maio (15M), 30 de maio (30M) e 13 de agosto (13A) de 2019.

Foto 1. “Tsunami da Educação”, em 30 de maio de 2019. Município de São Paulo/SP.



Foto: Wellington Valsechi, disponível em: <https://www.cnte.org.br/index.php/campanhas-e-eventos/greve-geral-da-classe-trabadora-14-de-junho-2019/71953-segunda-mobilizacao-pela-educacao-prepara-para-a-greve-geral-do-dia-14-de-junho-44941>.

A juventude também participou, pela pauta da educação e contra o governo

federal de Jair Bolsonaro, em outras manifestações como a Greve Geral ocorrida no dia 14 de junho de 2019.

Contudo, a agenda de manifestações, contra os retrocessos e desacertos na política de educação e na condução do país, foi interrompida pela crise sanitária pandêmica, causada pelo vírus Sars-Cov-2 (COVID-19), declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020. A partir desse momento, as escolas foram fechadas e todas as reuniões suspensas, devido a orientação de isolamento social como medida preventiva.

3. DA PANDEMIA AO PANDEMÔNIO¹⁷

Assim como no início de sua gestão, as ações de combate à pandemia também foram desorganizadas e sem diretriz. No início, a comunicação do presidente visava minimizar os riscos da doença¹⁸, e a orientar que as pessoas não seguissem as determinações de isolamento social e as medidas preventivas, como o uso de máscara e álcool gel, indicados pela Organização Mundial de Saúde e diversos especialistas em epidemiologia.

Com um discurso falacioso sobre valorizar a economia em detrimento da manutenção da vida, o presidente Jair Bolsonaro seguiu realizando atos públicos, sem uso da máscara, e promovendo aglomerações. Pressionado pelo Congresso, pela opinião pública e de especialistas, o Governo Federal foi obrigado a assinar a concessão do auxílio emergencial¹⁹ para a população mais vulnerável.

O Brasil, em pouco tempo, figurou entre os países com mais casos e, conseqüentemente, mais mortes em decorrência da COVID-19. Sem uma coordenação nacional realizada pelo Ministério da Saúde aos estados e municípios,

17Parafrazeando o termo utilizado pela líder do movimento de moradia Evaniza Rodrigues, da União dos Movimentos de Moradia (UMM) em evento realizado no Núcleo de Estudos e Pesquisas e Movimentos Sociais – NEMOS da PUC-SP, ao se referir a situação vivenciada no Brasil durante o contexto pandêmico.

18A postura do Presidente Jair Bolsonaro durante a pandemia contou com falas que minimizaram a doença, tratando-a como uma gripezinha, dentre outras falas de prejudicaram a comunicação direta e confundiram a população em relação as medidas necessárias de prevenção. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/relembre-o-que-bolsonaro-ja-disse-sobre-a-pandemia-de-gripezinha-e-pais-de-maricas-a-frescura-e-mimimi.shtml>.

19O Congresso Nacional aprovou o auxílio emergencial por iniciativa legislativa, em abril de 2020, após aguardar uma proposta do Poder Executivo. O auxílio aprovado foi três vezes o valor proposto pelo governo. O pagamento teve início no final do mês de abril. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/12/30/aprovado-pelo-congresso-auxilio-emergencial-deu-dignidade-a-cidadaos-durante-a-pandemia>.

o presidente Jair Bolsonaro acionou o Supremo Tribunal Federal contra as ações de isolamento realizadas por governos estaduais e municipais, alegando que estas feriam o direito de ir e vir. Esta, contudo, não foi a única ação que transformou a vida dos brasileiros, em plena pandemia, em um verdadeiro pandemônio.

Novamente, há uma inconstância na gestão de uma pasta do governo. Em um período de quase treze meses de pandemia, o Brasil teve quatro diferentes Ministros da Saúde. A dificuldade em seguir as orientações científicas e técnicas tornaram-se um grande desafio, sendo estas contestadas pelo líder máximo do Poder Executivo.

Como decorrência, a compra de vacinas (apresentadas, mundialmente, como a única alternativa para o combate à pandemia) foi retardada e negligenciada pelo governo federal que, baseado em uma política negacionista da realidade pandêmica, promovia ideias que desqualificavam as vacinas em desenvolvimento e, em contrapartida, propagava a utilização de medicamentos sem eficiência cientificamente comprovadas até o momento (como a hidroxicloroquina, ivermectina e outros), e negligenciavam a compra de suprimentos necessários para o tratamento dos doentes, como a crise de falta de oxigênio hospitalar em Manaus e a escassez de medicamentos sedativos para o processo de intubação.

O grande desafio, contudo, é entender nesse cotidiano de luto, dor, sofrimento e revolta da população, elementos que expliquem, para além do senso comum, tal banalização da vida.

A favor da ideologia de extrema-direita jogam um peso diferenciado toda a cultura pós-moderna e neoliberal, com seus traços constitutivos: efêmera, irracional, fragmentária, contingencial, negadora de valores universais, das formas clássicas de organização e participação política (sindicatos, partidos, movimentos sociais), de militarização da vida social, de produção da cultura do medo e da insegurança, de banalização da vida (SILVA et al. 2014, p. 440-441).

Todas essas características descritas por Silva et al. (2014) são observadas no Brasil, desde o golpe de 2016. E, a consequência mais factível dessa realidade é a contabilização de seiscentos e oitenta e três mil setecentos e dezoito mortos²⁰, até o mês agosto de 2022.

²⁰Em 29 de agosto de 2022, o Brasil registrou 683.718 óbitos e 34.394.932 casos decorrentes da COVID-19, conforme informação do Consórcio de veículos de imprensa a partir de dados das secretarias estaduais de saúde, disponível em: <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2022/08/29/brasil-registra-170-novas-mortes-por-covid-media-movel-tem-tendencia-de-queda-pelo-14o-dia-seguido.ghtml>

4. A SOLIDARIEDADE ESTUDANTIL DIANTE DA PANDEMIA

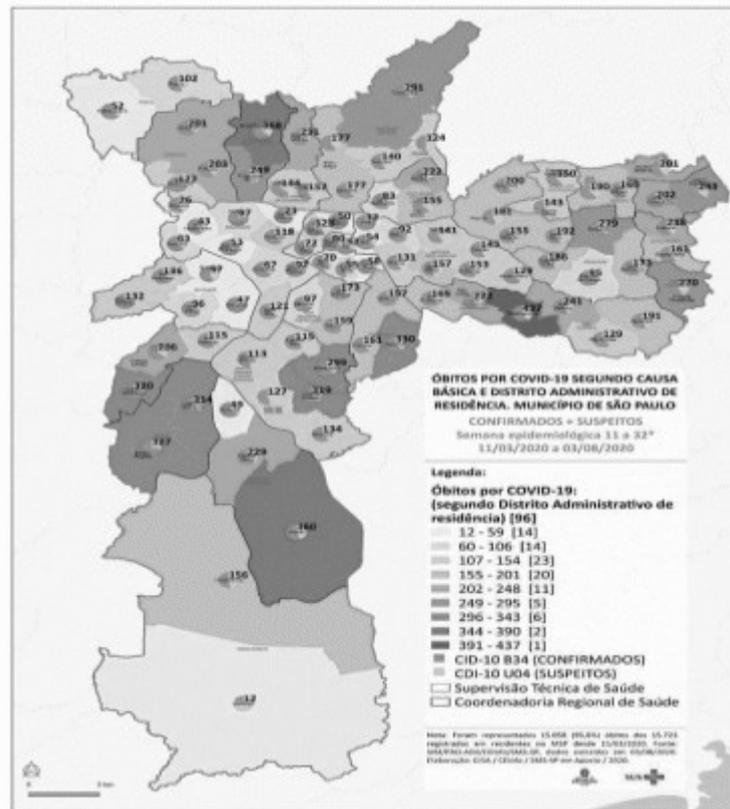
Apesar de um cotidiano tão complexo, a juventude mantém a sua resistência na luta pela sobrevivência das classes subalternas. A pandemia trouxe inúmeras dificuldades para a continuidade dos estudos na modalidade remota: ausência do sinal de internet na maioria das regiões periféricas do país, ausência de equipamentos eletrônicos para acompanhar as aulas (celulares, computadores e tablets) e, ainda, o sofrimento com a perda de familiares pela COVID-19, a dificuldade em lidar com a necessidade de isolamento social, a perda de renda e empregos. Essa nova realidade das famílias contou, como decorrência, com o aumento da violência doméstica²¹ e tantas outras dificuldades.

A desigualdade social, durante a pandemia, foi amplamente evidenciada. A maioria da classe trabalhadora não pôde manter o isolamento social, pois suas atividades trabalhistas não poderiam ser realizadas à distância. Sendo assim, tiveram maior exposição e contaminação pela COVID-19, pela necessidade de deslocamento e utilização, sobretudo, de transporte público já que grande parte desses trabalhadores moram em regiões periféricas.

Essa constatação foi evidenciada pelo mapa de óbitos por local de residência no município de São Paulo (Mapa 1), que denota uma maior incidência nas regiões periféricas das cidades (com destaque para os extremos das regiões norte, sul e leste), notadamente nos locais onde o acesso à serviços de saúde e a possibilidade de isolamento social (seja pela necessidade de trabalho ou pela condição de aglomeração do local e das moradias) são incomparáveis com a das regiões centrais.

Mapa 1. Incidência de óbitos por Covid-19 por Distrito Administrativo de Residência, de março a agosto de 2020. Município de São Paulo/SP.

²¹A necessidade de isolamento social, as dificuldades financeiras e o maior tempo de convívio com o agressor em ambiente doméstico, fizeram o número de violência doméstica dobrarem durante o período de pandemia, conforme: <https://www.istoedinheiro.com.br/casos-de-violencia-domestica-dobram-durante-a-pandemia/>.



Fonte: Prefeitura de São Paulo – Bairros periféricos de SP seguem na liderança de mortes por Covid-19.

Outro fator importante que aponta uma maior incidência de contaminação na classe trabalhadora é o alto índice de desemprego, que atingiu nível máximo no trimestre de fevereiro a abril de 2021, 14,8% da população brasileira, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD²². Esse dado revela um grande contingente de trabalhadores, sem vínculos empregatícios, que em sua maioria realiza atividades na informalidade, requerendo a saída da residência para obtenção de renda.

Essa realidade foi mais acentuada pela demora na concessão do auxílio emergencial, que em um primeiro momento foi dimensionado apenas para três meses, com início do pagamento somente para o final do mês de abril de 2020, viabilizado por um projeto de Lei originado no Congresso Nacional, denotando a pouca iniciativa do Poder Executivo.

A consequência desse cenário, além de todo sofrimento gerado pela

²²A avaliação sobre o indicador de desemprego, no trimestre de fevereiro a abril de 2021, está disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>

pandemia, é a evidência mais real e visível da desigualdade social: o aumento da fome no país. O “Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil”²³ aponta um crescimento na situação de insegurança alimentar que, em 2018 atingia 10,8 milhões de brasileiros, e em 2020 passou a atingir 19,1 milhões.

Antes mesmo de discutir as condições mínimas necessárias para a continuidade dos estudos na modalidade remota, os movimentos estudantis, com apoio e parceria de instituições sindicais, movimentos sociais e diversos coletivos, realizaram campanhas para arrecadar alimentos e destinar aos estudantes, e suas famílias, que estavam em situação de vulnerabilidade social.

Para além da questão de atendimento a uma demanda imediata, a manutenção da vida é um ato de resistência e luta pela sobrevivência, que tem por base a solidariedade de classe. Gramsci (1976), em seus Escritos Políticos, define que a solidariedade de classe é uma contraposição ao egoísmo individualista (valor incentivado pelo capitalismo, e acentuado pela política neoliberal), e se configura como valor de unidade da classe trabalhadora, em si e para si, no enfrentamento da luta de classes, visando uma alternativa ao sistema produtivo vigente, que é desigual.

A classe tem uma vontade, a classe tem um carácter. Desta vontade e deste carácter se plasmou toda a sua vida, sem qualquer resíduo. Como classe só pode ter solidariedade de classe, não pode ter outra forma de luta senão a de classe, outra noção senão a de classe (GRAMSCI 1976, p. 135).

Ainda na obra Escritos Políticos, Gramsci ressalta o papel necessário das associações da classe trabalhadora, na construção de uma cultura dessa classe e na busca por sua hegemonia, objetivando a socialização dos meios de produção e uma nova organização societária.

O princípio associativo e de solidariedade torna-se essencial para a classe trabalhadora, muda a psicologia e os costumes dos operários e camponeses. Surgem instituições e órgãos nos quais se incarna este princípio; com base neles, inicia-se processo de desenvolvimento histórico que conduz ao comunismo dos meios de produção e venda (GRAMSCI 1976, p. 353).

Cabe ressaltar que o conceito de solidariedade de classe se diferencia do conceito de solidariedade entre as classes, amplamente difundido no ideário liberal,

²³Pesquisa “Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil”, realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_inseguranca_alimentar.pdf, consultada em 31. jun.2021.

no qual a sociedade civil deve suprir as necessidades mais imediatas das classes subalternas, com o objetivo de manter a sua reprodução e com uma tônica de bem-estar, desobrigando o Estado a realizar ações mínimas referentes aos direitos sociais.

Diferentemente dessa prática, o movimento estudantil organizado demonstrou, durante o período pandêmico, inúmeras práticas de resistência e luta pela sobrevivência de classe, como demonstra a fala de uma estudante do grêmio estudantil do Colégio Pedro II, instituição de ensino pública federal caracterizada por ser o terceiro colégio mais antigo em atividade no Brasil, localizado no Rio de Janeiro:

Em um mundo ideal, o governo tomaria decisões responsáveis. Implementaria a renda básica universal, incentivaria as pessoas a ficarem em casa e forneceria o apoio necessário pra que a quarentena total ocorresse. Mas não é o caso. Logo, nós, o povo, precisamos nos unir em solidariedade pra fazer o que o Estado não faz (SINDISCOPE 2020).

Na argumentação do movimento estudantil, há a defesa de que o processo de aprendizagem requer o direito à alimentação e ao apoio socioemocional, que em um contexto pandêmico, perpassa pelo direito à vida e a condição de subsistência. As lutas pela vida e educação também estão presentes na pauta do movimento estudantil do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), conforme é relatado em reportagem sobre a entrega de mais de seiscentas cestas básicas:

Além de se mobilizar contra a fome, os estudantes do IFSP também fizeram inúmeras lutas pelo acesso à educação de qualidade nesse período, conquistando, por exemplo, o auxílio conectividade (que garantiu que milhares de estudantes tivessem estrutura para acessar o ensino remoto). O movimento dos estudantes decidiu não deixar a comunidade desamparada por compreender que todas essas mazelas têm uma só fonte: o capitalismo (LUCA, FERREIRA 2021).

As organizações de representação estudantil Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), União Nacional dos Estudantes (UNE) e UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) iniciaram uma campanha nacional com o lema: “Vida, Pão, Saúde e Educação” que:

buscar sintetizar as preocupações centrais do povo brasileiro nesse momento de explosão da pandemia: as lutas pela vacinação e a preservação da vida; pelo auxílio emergencial e contra a carestia dos alimentos, que aflige principalmente os mais pobres; e a recuperação do orçamento para as áreas de Educação e Ciência, que estão nos menores patamares em uma década (ANPG 2021).

A juventude e o movimento estudantil, assim como em outros momentos históricos importantes, se unem à luta da classe trabalhadora da qual fazem parte e, em

solidariedade classista, realiza ações de defesa da vida e da sobrevivência, aliando às suas pautas próprias.

Iniciado o processo de imunização, ainda que de forma lenta e gradual, as ruas foram retomadas pelo movimento estudantil, pelo movimento sindical e movimentos sociais, em manifestações como as ocorridas no dia 30 de março, 29 de maio e 19 de junho de 2021, indicando que a luta em favor dos direitos :à vida, à saúde e à educação, e contra o governo de Jair Messias Bolsonaro não terminaram. E, diante das constantes ameaças de ruptura institucional feitas pelo presidente e seus apoiadores, a pauta em defesa da democracia e dos direitos dos povos indígenas (que foram impactados não somente pela pandemia, mas pelas ações governamentais em relação ao meio ambiente) foram incluídas nas reivindicações.

Foto 2. Manifestação ocorrida em 30 de março de 2021. Município de São Paulo/SP.



Foto: Roberto Parizotti, disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2021/03/estudantes-fazem-protestos-por-vida-pao-vacina-educacao-e-forabolsonaro/>.

5. CONCLUSÃO

A crítica teórica é um instrumento fundamental para superação da barbárie, mas torna-se inócua se desvinculada da prática social e política (SILVA et al. 2014, p. 440).

As manifestações estudantis, que contaram com a participação do movimento sindical, dos movimentos sociais e outros atores; reforçam a afirmação de Silva et al.

(2014) de que: a prática social e política é necessária, e deve ser associada à crítica teórica para a superação desse estado de barbárie que, no cenário brasileiro, é configurado pela presença de um governo autoritário de extrema-direita, pela execução das políticas neoliberais e, ainda, pelo agravamento de uma crise sanitária mundial conduzida, localmente, por gestores negacionistas e omissos, o que impactou na perda de milhares de vidas.

Os desafios da juventude, no contexto apresentado, são enormes: o agravamento da situação de desemprego, que já era maior na faixa etária de 18 a 29 anos, conforme aponta estudo do IPEA (cerca de 29,8%); os retrocessos postos na política pública de educação e a eminente evasão escolar e/ou falta de condições para continuar os estudos durante os anos de 2020 e 2021, aumentando o abismo entre os estudantes das escolas públicas e particulares, que impactará nas condições de acesso aos níveis de ensino mais elevados e na ausência de perspectiva de futuro; dentre outros impactos decorrentes das sequelas emocionais diante das perdas e do isolamento social.

O cenário pós-pandemia tende a se agravar com a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, seja pela situação econômica do país ou pela ausência de formação e dos índices de abandono escolar, o que acarreta a muitos jovens o ingresso em situações precárias de trabalho e com ausência de vínculos formais, gerando uma situação de insegurança previdenciária e social.

O cenário atual de crise econômica, associado ao aumento do desemprego e ao retorno da fome e da miséria ao cotidiano do país, impôs aos atores sociais a necessidade de ação e de construção de uma agenda de luta. Como resposta imediata, a juventude se organizou e continuou na luta (assim como em outros momentos importantes do contexto político e social do país), procurando fazer frente a esse cenário de caos vivenciado no Brasil. A ação de solidariedade de classe foi, e ainda é, necessária para a sobrevivência, como uma situação emergencial e que precedeu a continuidade da luta, conforme destacado por Rodrigues e Furno (2020):

Hoje nosso desafio prático mais imediato não é como vencer uma suposta batalha final capaz de transformar toda a estrutura da sociedade. Precisamos tratar de como criar melhores condições de luta, como envolver a juventude nessa luta, como articular e fortalecer os quilombos dentro das favelas. Não há receita de bolo, mas é

preciso agir. Como diz Sabotage, somos sobreviventes, e o sobrevivente age (RODRIGUES, FURNO 2020, 25).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Decreto nº 9.759/2019**, de 11 de abril de 2019. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm. Acesso em 20.jun.2021.

DAYRELL, Juarez e CARRANO, Paulo (2014). Juventude e Ensino Médio: quem é este aluno que chega à escola. In: DAYRELL, Juarez et. al. (orgs.). **Juventude e Ensino Médio**. Belo Horizonte: Editora UFMG, pp. 101-133.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos Políticos – Capítulo I**. Lisboa: Editora Nova, 1976. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/gramsci/ano/mes/Escritos-Politicos-01.pdf>. Acesso em 20.jun.2021.

IBGE. Indicadores IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3086/pnacm_2021_abr.pdf. Acesso em: 20.jun.2021.

IASI, M. L. **Educação e consciência de classe: desafios estratégicos** In: Revista Perspectiva, Florianópolis, v. 31, n. 1, 67-83, jan./abr. 2013.

SINDISCOPE. I. **Balbúrdia contra o corona: Grêmio Estudantil faz campanha de solidariedade para enfrentar a pandemia**. Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II – SINDSCOPE, 2020. Disponível em: <https://sindscope.org.br/lutas/geral/balburdia-contra-o-corona-gremio-estudantil-faz-campanha-de-solidariedade-para-enfrentar-pandemia>. Acesso em 30.jun.2021.

LUCA, Tarcísio; FERREIRA, Sabrina. **Campanha de solidariedade dos estudantes do IFSP já distribui mais de 600 cestas básicas**. A verdade, 2021. Disponível em: <https://averdade.org.br/2021/06/campanha-de-solidariedade-dos-estudantes-do-ifsp-ja-distribuiu-mais-de-600-cestas-basicas/#:~:text=S%C3%83O%20PAULO%20%E2%80%93%20Diante%20do%20cen%C3%A1rio,b%C3%A1sica%20para%20a%20comunidade%20escolar>. Acesso em: 30.jun.2021.

Movimento estudantil convoca jornada de lutas por vida, pão, saúde e educação. Associação Nacional dos Pós-Graduandos - ANPG, 2021. Disponível em: <http://www.anpg.org.br/23/03/2021/movimento-estudantil-convoca-jornada-de-lutas-por-vida-pao-saude-e-educacao/>. Acesso em 29.jun.2021.

NOVAES, R. **Conectados globalmente, coletivos juvenis agem na realidade de seus territórios**. Entrevista concedida a João Vitor Santos: 22.mai.2019. IHU Online. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/589351-conectados-globalmente-coletivos-juvenis-agem-na-realidade-de-seus-territorios-entrevista-especial-com-regina-novaes>. Acesso em: 13.fev.2020.

RODRIGUES, Filipe; FURNO, Juliane da C. Juventude da periferia: reflexões iniciais com base na formação brasileira. In: MARTIN Laura, VITAGLIANO Luís Fernando (orgs.). **Juventude no Brasil** – São Paulo: Fundação Perseu Abramo, livro eletrônico, 2019.

SILVA, et al. A extrema-direita no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 119, p. 407-445, jul./set. 2014.

TRAJANO, Daniel; PUGA, G. **A luta dos estudantes por comida durante a pandemia**. A verdade, 2021. Disponível em: <https://averdade.org.br/2021/03/a-luta-dos-estudantes-por-comida-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 20.jun.2021.

Vida, pão, vacina e educação são exigências de estudantes em jornada de lutas. União dos Estudantes Secundaristas – UBES. Disponível em: <https://ubes.org.br/2021/vida-pao-vacina-e-educacao-sao-exigencias-de-estudantes->

em-jornada-de-lutas/. Acesso em 20.jun.2021.